



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 237353-7
EMBARGANTE: EDUARDO GONÇALVES TABOSA JÚNIOR
Advogado: Luiz Gallindo
EMBARGANTE: JG CONTRUÇÕES LTDA
Advogado: Raphael Parente Oliveira
EMBARGANTE: BRUNO JORGE CAVALCANTI MIRANDA
Advogado: Filipe Fernandes Campos
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Ricardo Guerra Gabínio
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO - DESNECESSIDADE QUE O ÓRGÃO JULGADOR ENFRETE EXPRESSAMENTE ARTIGO ENUMERADO PELA EMBARGANTE PARA PROPORCIONAR O PREQUESTIONAMENTO E ASSIM VIABILIZAR A INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES - PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, consoante disciplinamento imerso no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigindo-se, para seu acolhimento, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Inocorrentes as hipóteses previstas em lei, dentre elas a omissão, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3 - Tem-se como preenchido o requisito do prequestionamento para fins de abertura da via especial ou extraordinária, quando a matéria controvertida for debatida e apreciada pelo Órgão Julgador, não sendo necessário, em sede de embargos de declaração, que o

Órgão Julgador seja obrigado a explicar enumeradamente quanto a cada dispositivo legal indicado pelo embargante para o fim de prequestionar.

4 - Embargos de declaração rejeitados.

5 - Decisão unânime.

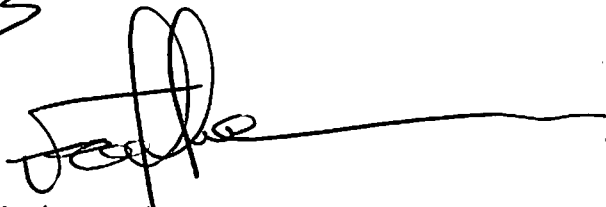
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos 03 (três) Embargos de Declaração na Apelação Cível n.º 237353-7, sendo Embargantes EDUARDO GONÇALVES TABOSA JÚNIOR, JG CONTRUÇÕES LTDA e BRUNO JORGE CAVALCANTI MIRANDA e do outro lado, como Embargado o MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.

Acordam os Desembargadores integrantes da Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, em conhecer e rejeitar os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 237353-7
EMBARGANTE: EDUARDO GONÇALVES TABOSA JÚNIOR
Advogado: Luiz Gallindo
EMBARGANTE: JG CONTRUÇÕES LTDA
Advogado: Raphael Parente Oliveira
EMBARGANTE: BRUNO JORGE CAVALCANTI MIRANDA
Advogado: Filipe Fernandes Campos
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Ricardo Guerra Gabínio
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS; RELATOR

VISTOS E TEC

Trata-se de 03 (três) embargos de declaração opostos contra os termos do acórdão que nos autos do Recurso de Apelação nº 237353-7, sob a ótica dos embargantes incorreu em omissão, ao não tratar de forma explícita da incidência dos arts. 17, § 3º e §7º da Lei federal nº 8.429/92, do § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717/65, do art. 47 do CPC e do art. 5º, inc. LV da CF/88.

Alegam, ainda, a suposta omissão quanto à divergência de CNPJ da empresa ré e por conseguinte, a necessidade de correção do pólo passivo da demanda.

Requerem, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, para sanar a omissão, prequestionando a matéria versada nos presentes autos tendo em vista que os mesmos serão úteis para a admissão recursal nos Tribunais Superiores.

Todos os embargos são cópias fiéis uns dos outros, carreando os mesmos fatos e fundamentos, tendo sido alterados única e

exclusivamente quanto aos nomes dos embargantes de seus patrocinadores, razão pela qual, opta-se por julgá-los em conjunto.

Recife, 24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO
EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 237353-7
EMBARGANTE: EDUARDO GONÇALVES TABOSA JÚNIOR
Advogado: Luiz Gallindo
EMBARGANTE: JG CONTRUÇÕES LTDA
Advogado: Raphael Parente Oliveira
EMBARGANTE: BRUNO JORGE CAVALCANTI MIRANDA
Advogado: Filipe Fernandes Campos
EMBARGADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
Procurador: Dr. Ricardo Guerra Gabínio
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE MÉRITO

O inconformismo dos embargantes reside contra os termos da decisão que nos autos do Recurso de Apelação, incorreu em omissão ao não tratar de forma explícita da incidência de legislação específica, quais sejam, do art. 17, § 3º e §7º da Lei federal nº 8.429/92, do § 3º do art. 6º da Lei nº 4.717/65, do art. 47 do CPC e do art. 5º, inc. LV da CF/88

Sabe-se que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na decisão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

No mais, o Julgador não está obrigado a tecer considerações acerca de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta em exame de acordo com as provas produzidas nos autos, enfocando aspectos pertinentes ao tema e a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

1417
me

14 18
2

Ressalto que para fins de prequestionamento, erigido a requisito de admissibilidade dos recursos dirigidos aos Tribunais Superiores, é necessário apenas que a matéria versada nos autos tenha sido apreciada e decidida pela Corte Local, não havendo qualquer exigência que o acórdão embargado disserte ou faça referência expressa a dispositivos legais ou constitucionais invocados pela embargante, bastando que o Órgão Julgador tenha exposto de forma clara e coerente, a motivação que o conduziu ao resultado do julgamento.


A despeito da necessidade de interposição de embargos declaratórios para fins de futura interposição de recurso extraordinário e especial, não implica que se deva fazer expressa menção à violação de dispositivos legais, sob o argumento de que a ausência de prequestionamento inviabiliza o conhecimento do referido recurso, pois o prequestionamento a ser buscado se refere à matéria versada no dispositivo de lei tido por violado, não se exigindo sua literal indicação. Do mesmo modo, a simples afirmação do recorrente de se tratar de embargos com propósito de prequestionamento não é suficiente, sendo necessário se subsuma a irresignação integrativa a uma das hipóteses do art. 535 do CPC e não a mera pretensão de ver emitido pronunciamento jurisdicional sobre argumentos e dispositivos legais outros. (TRF 2a R., AG 2000.02.01.035095-7, 6a T.Esp., rei. Des. Fed. Benedito Gonçalves, DJU 12/4/07).

Nesta senda o simples descontentamento das partes com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

Se porventura almejam, os embargantes, modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, podem se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Ademais, quanto à alegada omissão acerca da divergência no CNPJ da empresa, o voto de mérito deste relator se pronunciou expressamente conforme se vê:

"Ainda em relação à legitimidade, diga-se que a Sociedade Empresarial J. G. Construções Ltda foi devidamente indicada para compor o pólo passivo da demanda originária, porquanto os documentos constantes dos autos demonstram de forma inequívoca a respectiva participação nos fatos indicados na exordial. Em relação a esse tema vale a pena destacar excerto da sentença proferida em primeiro grau (folha 1025)."



PM 19
R

Por tais fundamentos, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta colenda Câmara, voto no sentido de rejeitar os presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife, 24/09/2013



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator